



Chico Régis

6

# A CONCILIAÇÃO COMO SOLUÇÃO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS\*

Adalberto Carim Antonio

\* Conferência proferida no "V Congresso Brasileiro de Administração da Justiça", realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2005, na sala de conferências do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília – DF.

## RESUMO

Afirma que a conciliação aparece no âmbito jurídico como um grande auxílio ao Judiciário, o que é válido também no plano ambiental. Nesse sentido, trata da situação do Estado do Amazonas, foco de grandes conflitos e desavenças de difícil harmonização.

Apresenta os pontos positivos da postura conciliatória na opinião de vários doutrinadores, exemplificando com os casos da vara ambiental do Amazonas e das lides ambientais de Manaus.

Conclui que a experiência da conciliação na vara ambiental do Amazonas foi positiva no sentido de chamar a atenção de uma expressiva parcela da sociedade para as questões ambientais, aumentando a conscientização da sociedade, de setores do governo, de funcionários públicos, profissionais liberais e principalmente do empresariado amazonense.

## PALAVRAS-CHAVE

Administração da Justiça; conciliação; Poder Judiciário; Amazonas; vara ambiental; meio ambiente; Manaus.

## 1 INTRODUÇÃO

O vocábulo “conciliação” encontra nos dicionários brasileiros múltiplas definições, que remetem precipuamente ao ato ou efeito de conciliar, harmonizar litigantes ou pessoas desavindas, pôr em boa harmonia, pôr de acordo, conciliar elementos. Todas são sinônimos apresentados para externar a ação de conciliar ânimos, opiniões, dissídios, algo extremamente necessário em uma realidade contemporânea notabilizada pelas ceulemas, imbróglis, gerados em todo o mundo por uma terrível intolerância de idéias inesperadamente aflorada no limiar de um novo milênio. O século XXI, que deveria representar o “exorcismo” de todo preconceito, deixando ao Judiciário apenas a apreciação dos fatos tecnicamente mais complexos, mostrou-se até agora permeado de singular violência e terror. A realidade, presentemente, não se ajustou, portanto, ao vaticínio de um século pacífico. Em adição a essa inoportuna brutalidade dos novos tempos, irrompe crescente e positiva percepção dos direitos da coletividade, fator que insta providência da Justiça, a qual tenta desatrelar-se da pecha de lerdeza e ineficiência tristemente cultivada nas últimas décadas.

O advento de uma nova ordem no plano mundial, a iniludível alteração de preceitos comportamentais, exige da magistratura moderna uma atuação que não se restringe unicamente a dizer a lei ou, na acepção de Guarnieri e Pederzoli, *la evolución que ha conocido la justicia hace cada vez más visible la distancia entre la representación tradicional de juez como “boca de la ley” y las funciones que en realidad desempeña. La decisión de juez no es, ni nunca puede ser, puramente declarativa ni agotarse en el mero enunciado de la voluntad del legislador*<sup>1</sup>.

Essa nova e incontestável realidade, repleta da celeridade dos computadores, das fascinantes possibilidades das células troncos, contrapõe o formalismo do nosso sistema jurídico que trouxe consi-

*go a crença de que um direito burocraticamente racional poderia garantir que o curso da sociedade se desenvolvesse num ambiente de equilíbrio, com estabilidade e democracia. Mas a análise da realidade mostra ser infundada essa crença, pois nada garante que o direito como acima descrito consiga sanar os conflitos sociais cada vez mais intensos.*

*A conciliação tem-se mostrado, particularmente, como um dos aparatos capazes de dar ao Poder Judiciário o vigor necessário para imprimir, nas questões que lhe são submetidas, pronta e eficaz atuação. Esse raciocínio é obviamente válido no plano ambiental (...)*

*Nesta época de grandes transformações, em que as contradições trazidas pelo novo exigem a revisão de velhos posicionamentos, também os magistrados – assim como todos demais operadores jurídicos participam das perplexidades que atingem os jurisdicionados. Impotente para fazer frente a essas transformações com a celeridade necessária e eficiência desejável, o Judiciário sofre os problemas do Estado contemporâneo, que ainda não se adaptou à velocidade das mudanças dos últimos 50 anos*<sup>2</sup>.

A ilação obtida é que a sobrevivência do Poder Judiciário, no milênio em curso, é proporcional à capacidade de mudar positivamente, cortando rituais inúteis, despojando o processo judicial de todas as formalidades desnecessárias, reduzindo-o à observância daquelas que se fizerem indispensáveis a garantir a defesa das pretensões em jogo e assegurar a justiça das decisões, a fim de que possam ter adequada eficácia, relativamente às partes e aos terceiros que, de algum modo e inevitavelmente, quedem envolvidos pela coisa julgada<sup>3</sup>.

A conciliação tem-se mostrado, particularmente, como um dos aparatos capazes de dar ao Poder Judiciário o vigor necessário para imprimir, nas questões que lhe são submetidas, pronta e eficaz atuação. Esse raciocínio é obviamente válido no plano ambiental, fato comprova-

do em quase uma década de trabalho da vara ambiental amazonense.

Na região amazônica, um dos perenes focos de desavenças e de difícil harmonização surge precisamente na questão ambiental. Desde os momentos mais remotos da história local, o conflito entre o denominado “desenvolvimento” e a proteção ambiental se materializa

como bandeira da rarefeita população que, em sua maioria, acredita estar esquecida pelo Poder Público, despojada de sua condição de cidadã.

Com essa verdade inquestionável e em pleno fenômeno conhecido como “*el Niño*”, consubstanciou-se a Justiça ambiental do Estado do Amazonas em meados da década de 1990. Desde o primeiro momento, foi possível vislumbrar que a causa ambiental tratada em órgão jurisdicional especial seria tradicionalmente associada por grande parte dos jurisdicionados ao empachamento do desenvolvimento regional. Afinal, o Amazonas sofreu as mazelas de um ciclo econômico desintegrado pelo que alguns historiadores evidenciam como o primeiro ato de biobucaneirismo ocorrido no País. Ainda que tal situação não tenha sido provada integralmente no plano histórico, o ideário do povo local introjetou o envio da *hevea brasiliensis* ao Jardim Botânico de Kew na Inglaterra como tiro mortal nas expectativas regionais de se criar uma Paris dos trópicos.

O dilema “meio ambiente e desenvolvimento” tornou-se, portanto, uma constante nos momentos posteriores ao citado fato, com alusões de conspiracionismo e fatos mitomânicos de tomada da Amazônia por ONGs conservacionistas que perduram até hoje. A ótica inicial não seria outra, com a iniciativa ar-

rojada do Tribunal de Justiça do Estado de materializar uma justiça verde, essencialmente lastreada no capítulo 225 da Constituição Federal.

## 2 A VERVE AMAZÔNICA DA CONCILIAÇÃO

Ao assumir tão delicada tarefa, foi natural projetar nesse mister a experiência dos juizes de Direito hinterlandinos, na verdade juizes-bandeirantes, que desempenham suas atividades nos mais distantes rincões do Amazonas, aliados da tecnologia e das facilidades encontradas em estados com a malha viária menos complexa que a imensidão dos rios, verdadeiras estradas d'água, que em certas situações fazem com que os magistrados cheguem em suas comarcas depois de vinte dias de viagem em embarcações inseguras e modorrentas.

A despeito das dificuldades vivenciadas, essa experiência no interior do maior estado da Federação é gratificante, enriquecedora e fundamental para a formação do julgador amazônico. É possível inequivocamente afirmar que esse momento preambular da distribuição da justiça nos torrões mais longínquos é marcado de forma indelével por uma característica inebriante comum aos "povos da floresta", que existem em harmonia ao meio que os circunda. Trata-se de uma convivência pacífica com os elementos da natureza que parecem contagiar todos que os observam. É inevitável para o magistrado do interior do Amazonas a adoção de preceitos de harmonização, de pacificação à míngua de outro caminho a tomar em situações de desavença, de litigiosidade que chegam ao Judiciário naquelas paragens por absoluta desinformação, por total pobreza existencial.

É ali – embrenhado na floresta, freqüentemente desprovido do trabalho de causídicos militantes, defensores públicos, além de implementos tecnológicos como computadores, entre outros elementos viscerais para o cumprimento da legislação nacional com a devida perfectividade (raras as comarcas que conseguem dar um tratamento digno aos menores infratores e que possuem mínimas condições para custodiar um delinqüente) – que o novel julgador pondera detidamente sobre suas reais opções diante de um panorama que, para alguns, poderia parecer desalentador. Essas lacunas não-previstas nos códigos levam o juiz de Direito amazonense a superar a frieza e a inadequação dos códigos à realidade circundante, assimilando a criatividade e o poder de observação captado com a cheia dos rios, com os fenômenos da natureza, os quais proporcionam uma harmonia que o caboclo naturalmente incorpora a sua vida. Essa lição é a marca indelével da experiência nos primeiros momentos de sua vida judicante e que acaba por nortear posteriormente os juizes inclinados a uma postura pacificadora para o resto de suas existências físicas. Definitivamente, esse importante momento na carreira do magistrado amazonense vai ao encontro do mote apregoado por expoentes do Direito, de que o "juiz hodiernamente não é um simples aplicador sistemático da lei, e sim um pacificador social".

## 3 A DICOTOMIA DE UM PROJETO

De fato, a visão de uma vara ambiental figurava na mente de alguns líderes políticos locais como mais um obstáculo a uma pretensa sanha desenvolvimentista que tiraria o estado de seu ocaso, de seu isolamento secular. Esse discurso não perdeu seu

viço, uma vez que a construção da BR-319 ainda suscita paixão, movimentando oradores inflamados, posicionamentos que a consideram a derradeira oportunidade para retirar o Amazonas do seu distanciamento tão nocivo à economia local. Nesse prisma, a satanização de alguns órgãos ambientais pela imprensa, mormente o Ibama, é facilmente constatável na atualidade da sociedade amazonense.

A escolha era, portanto, bastante diáfana, na medida em que a opção por uma Justiça ambiental de percepção estreita redundaria, conforme o caminho seguido, em rejeição dos jurisdicionados, para os quais em último plano foi concebido esse novo modelo de Justiça. Era necessário sedimentar as bases de um órgão jurisdicional ambiental dimensionado para a salvaguarda do patrimônio ambiental da região, mas cioso da necessidade de educar a população, a verdadeira "clientela" do Judiciário, de que o escopo final não consistia em opor dificuldade ao desenvolvimento, e sim em compatibilizá-lo com a proteção dos valores ecológicos, assegurados na Constituição Federal. O início foi, portanto, revestido de descrédito, inclusive com vários operadores do Direito (alguns do próprio Judiciário) associando a matéria ambiental a pilhérias, fato que ainda subsiste até hoje em outros órgãos de proteção ambiental.

## 4 A PRIMEIRA POLÊMICA

O trabalho de um juiz não deve ser essencialmente simpático, senão ético e direcionado para o equilíbrio social. A questão que se apresentava, no entanto, ameaçava a consolidação do modelo de justiça ambiental que seria absolutamente rechaçado na medida em que afrontaria supostos "interesses alavancadores do progresso" e perderia da população o suporte vital para seu êxito, uma vez que ela mantinha forte entendimento sobre a inesgotabilidade dos recursos da mata. Tal fato, até compreensível em uma região onde tudo parece hiperlativo, com o maior dos rios, a maior floresta, entre tantos comentários ufanistas, não poderia suplantiar a implantação da Justiça ambiental amazonense.

O caminho era, desse modo, informar ao jurisdicionado o papel da vara especializada, incorporando o espírito do juiz hinterlandino. O decorrer dos meses foi demonstrando as vantagens da composição em situações que se vinham arrastando há mais de uma década na vara da fazenda, sem que nenhum reflexo prático resultasse de demandas postergadas anos a fio por medidas recursais questionáveis, que acabavam por desestimular o magistrado e repelir a coletividade, que também possui extrema importância na resolução dos problemas ambientais.

Foi possível experimentar "o gosto" da polêmica quando, pouco tempo após a instalação da vara ambiental, uma fábrica que utilizava ruidoso gerador de energia estava ameaçada de fechamento por iniciativa da municipalidade (O "el Niño" foi, na época, causador de um intenso racionamento de energia na capital do pólo industrial incentivado). A solução para o problema poderia ser trivial, mas a mídia caracterizou a pendenga como uma ação ambientalista que levaria 84 pais de família a perderem seus empregos às vésperas das festas natalinas. A questão intensificou-se até que a Justiça ambiental, chamada para intervir no conflito, assinalou prazo para que a empresa procedesse ao encapsulamento do gerador, o que suprimiu em mais de



70% o barulho provocado, tornando-o tolerável, pondo fim a uma querela que ameaçava gerar a antipatia da sociedade, que ainda desconhecia os detalhes da Justiça ambiental.

#### 5 PONTOS POSITIVOS DA POSTURA CONCILIATÓRIA

Ao assumir uma postura conciliatória, como bem expressa José Rodrigues Pinheiro<sup>4</sup> em sua obra dedicada à qualidade total no Poder Judiciário, *o juiz, por ser uma pessoa de elevada formação intelectual e moral, deve convidar as partes ao diálogo, mostrar-lhes as conveniências e vantagens de se resolverem as pendências mediante concessões recíprocas. As funções conciliatórias são as mais difíceis para quem vai ter que decidir, porque não poderá o juiz entrar no mérito, procurando até mesmo desviar a discussão das partes nesse sentido. Mantendo-se nos estreitos limites, com serenidade e urbanidade e, principalmente, deixando claro que está disposto em condições de proferir sentença, assim que se concluir a instrução do feito e se ultimarem os debates, a toda evidência que as partes ficarão mais dispostas ao diálogo, numa tentativa de conciliação.*

***Quem não se aperceber de que os tempos são outros e de que o acesso à Justiça é algo muito mais sério do que garantir a institucionalização do conflito mediante o processo poderá ser surpreendido com a substituição da Justiça convencional por outras formas de maior eficiência na mitigação da sede de justiça de que padece a humanidade aflita.***

A lição de José Renato Nalini<sup>5</sup> amolda-se ao raciocínio sustentado “a hora de reagir era ontem”. Os integrantes do Poder Judiciário devem assumir o desafio do momento histórico e produzir algo de concreto para multiplicar a sua capacidade de resolver conflitos, pacificar a sociedade e ampliar as alternativas para a solução harmônica das diferenças. Isso será, verdadeiramente, ampliar o acesso à Justiça. O primeiro compromisso do juiz empenhado em ampliar o acesso à Justiça, portanto, será com a disseminação do conhecimento do Direito. O Direito, resolvido em direitos, terá de se abrir, quotidianizar, perder o seu sopro de mágica não-humana.

Muitos conservadores poderão dizer que essa não é a função do julgador,

preordenado a apreciar o conflito e a solucioná-lo de acordo com a lei. Mas as configurações antigas já não estão servindo para o resgate da imagem da Justiça. Já não basta ser apenas cumpridor dos deveres. O momento histórico exige um *plus* do juiz. Talvez como antecipação do papel que lhe está reservado no próximo milênio, o de um administrador de situações conflituosas, um aconselhador, um conciliador, um pacificador social, distanciado do perfil clássico do profissional que apenas diz o Direito. É o momento de se ensinar o juiz a conviver com alternativas diversas de realização da justiça, com tendências de solução pacífica dos conflitos, sejam elas a conciliação, a mediação, a arbitragem ou mesmo certas formas incipientes de Justiça privatizada.

Quem não se aperceber de que os tempos são outros e de que o acesso à Justiça é algo muito mais sério do que garantir a institucionalização do conflito mediante o processo poderá ser surpreendido com a substituição da Justiça convencional por outras formas de maior eficiência na mitigação da sede de justiça de que padece a humanidade aflita.

Similar conclusão é extraída do estudo percuciente de Francisco das Cha-

gas Lima Filho<sup>6</sup>, quando aduz: *torna-se necessário entender que o processo perante os tribunais só deve aparecer na absoluta impossibilidade de auto-superação do conflito pelos próprios antagonistas, que deverão ter a sua disposição um modelo consensual que lhe propicie resolução pacífica.* O mesmo autor salienta que *esses modelos judiciais, consensuais de solução dos conflitos tem maiores condições de restabelecer os relacionamentos quebrados em virtude da controvérsia, e suas soluções são mais facilmente aceitáveis e, portanto, cumpridas, pois fruto de uma negociação, de acordo.*

*Emerge, pois, dessa constatação, a necessidade de se facilitar o acesso à Justiça com a instituição de novos meca-*

*nismos de resolução dos conflitos, os chamados ADR – alternative dispute resolutions – que têm como principal motivação a incapacidade dos tribunais oficiais de administrar a Justiça, em razão da saturação crônica e de sua incapacidade totalmente burocrática para responder às expectativas reais da sociedade. O seu fundamento é encontrado em uma retórica de consenso, de ausência de coerção e de atendimento às necessidades individuais, surgem da (sic) sim, a “terceira onda”<sup>6</sup> (um movimento mundial para o estabelecimento de uma justiça “coexistencial”, baseada na conciliação, em critérios de igualdade social distributiva e na participação de membros da comunidade diretamente interessada na controvérsia em questão).*

Em artigo concernente à matéria, Damásio de Jesus<sup>7</sup> evidencia uma justiça restaurativa cuja essência é a resolução de problemas de forma colaborativa em um processo de conciliação, promovido por meio de debates ou mesas-redondas, em que todas as partes interessadas principais *precisam de uma oportunidade para expressar seus sentimentos. Todas as partes interessadas, diretas e indiretas, desde que haja consenso, são chamadas a buscar, em conjunto, uma solução efetiva para o conflito, de modo a preencher suas necessidades emocionais. Os três grupos devem ter participação ativa e se engajar no processo de conciliação.*

Essa faceta conciliatória é de visceral importância também nas causas em que a vítima não é um único indivíduo, e sim toda uma comunidade, como nas infrações ambientais. A esse respeito conveniente o pensamento de Anderson Furlan Freire da Silva<sup>8</sup>, que instiga o ativismo judicial em matéria ambiental, aguçando o julgador a lançar mão de todas as alternativas, caso a norma não se mostre suficiente para a proteção de valores ambientais. *Por postura judicial ativa em matéria ambiental, deve ser entendida a capacidade de o juiz liberto dos antolhos positivistas que resumem sua atividade, seu raciocínio, aos parâmetros da lógica formal, subserviente ao falso paradigma da segurança jurídica de utilizar toda a indumentária teórico-jurídica, imposta e posta à sua disposição, com a finalidade precípua de salvaguardar, defender e reagir energicamente contra qualquer ameaça ao meio ambiente.*

*Deixar de ser a montesquiana inanimada boca que pronuncia as palavras da Lei, servo que coxeia atrás da carruagem do sistema desideologizado, neutro, para assumir a dimensão política de sua atividade, tornar-se law maker sem legislar, não se ocultando por detrás de dogmas esclerosados e aceitando as implicações morais e práticas de sua escolhas.*

O mesmo jurista salienta que o juiz deve educar pela sentença. Em matéria ambiental, o Judiciário tem de disseminar modelos de conduta, pois a indiferença ambiental é uma doença.

Torna-se diáfana a necessidade de pôr abaixo a falsa premissa de que o modelo estatal de produção legal cujo escopo reside na solução de conflitos é suficiente para a obtenção da paz social, já que a lidima justiça só será alcançada quando os conflitos forem solucionados por meio do consenso, em que se resolva não apenas um fato jurídico, como ainda todas as questões que envolvam o relacionamento entre os antagonistas, o que não pode ser abarcado nos moldes tradicionais da Justiça.

#### 6 REVERTENDO AS OPINIÕES DA CLIENTELA

É fundamental romper com a odiosa cultura da litigiosidade, tão alardeada em alguns cursos de Direito, dando vazão a uma geração de juristas preparados cada vez mais para atuar com a negociação, com o abrandamento dos ânimos, pelo que a exaltação sucumbe ante a simples presença da “palavra segura” em alguns casos. A ótica da população manauense foi drasticamente modificada na medida em que foram-se tornando públicas as decisões da Justiça ambiental de cunho ecopedagógico, voltadas para a ressocialização ambiental do infrator. Essa publicidade que mostra solução para os gravames ambientais e impõe medidas conscientizadoras para os delinquentes ambientais granjeou respeito da população no decorrer dos anos e vai precisamente ao encontro do teor do congresso realizado em Madri no pretérito ano de 1994, quando foram apresentados os benefícios para o Poder Judiciário da publicidade das suas ações de modo que o povo tenha consciência da sua importância social e política e participe ativamente da proteção de sua independência.

A Vara Ambiental do Estado do Amazonas começou a funcionar efetivamente antes da eclosão no mundo jurídico da Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Nesse momento prévio, a percepção reinante na VEMAQA, posteriormente reafirmada na Lei de Crimes Ambientais, já era da pacificação e ressocialização ambiental como meta principal para o infrator ecológico. Estava patente desde o início que o perfil do criminoso ambiental é assaz diferente do do marginal que comumente viola o ordenamento jurídico. O infrator ecológico, em não-raras situações, é um empresário, que proporciona empregos e sinceramente acredita estar prestando um importante serviço para a sociedade. Como expressa Séguin e Carrera<sup>9</sup>, esse perfil os diferencia *dos que praticam outros ilícitos penais. Em geral, os crimes são cometidos sem violência direta contra a pessoa. Eles são socialmente aceitos, posto que estão em dois extremos sociais: são empresários ou mateiros*. A postura da penalização por esses delitos naquele momento embrionário amoldava-se perfeitamente ao raciocínio despenalizador trazido pela revolucionária Lei n. 9.099/95 e preconizado por Carlos Blanco Lozano<sup>10</sup>, ao afirmar que o ordenamento penal do meio ambiente, como Direito Penal e Direito Ambiental, deve constituir-se em sistema essencialmente preventivo, isto é, orientado em

primeiro lugar para prevenção do dano ambiental (*el ordenamiento penal del medio ambiente, en cuanto Derecho penal y Derecho ambiental, há de constituirse en cuanto sistema esencialmente preventivo, esto es, orientado en primer lugar hacia la prevención del daño ambiental*).

O importante Diploma Legal n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, em consonância com a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, adotou como princípio basilar a busca equilibrada da aplicação de medidas alternativas, mediante consenso entre os principais envolvidos (vítima e autor do fato). Nesse sentido, ela estabelece que haja uma audiência preliminar (art. 72 e ss.), quando se procurará a realização de um acordo civil, com vistas à composição financeira de eventuais prejuízos experimentados com a prática do ilícito penal, e, em seguida, um acordo penal, caso o primeiro não logre êxito, ou, independentemente do resultado da composição civil, quando se tratar de crime de ação pública incondicionada.

Na transação penal, o representante do Ministério Público poderá, com a prova da materialidade e os indícios de autoria, mediante prévia composição do dano ambiental, elaborar proposta de aplicação imediata de pena alternativa (restritiva de direito ou multa), a qual depende de aceitação do autor do fato e de seu advogado e também de homologação judicial. No cotidiano da vara ambiental, essa logística despenalizatória é aplicada com excelentes resultados, que fogem do infrutífero pagamento de cestas básicas, centrando reflexos em projetos ambientais envolvendo a sociedade, órgãos do Sisnama, unidades de conservação etc.

Antes de a Lei n. 9.605/98 definir que a *prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos, e unidades de conservação*, os criminosos ambientais trazidos à vara especializada já passavam por sanções alternativas que deveriam ser cumpridas em locais como o Bosque da Ciência, do Instituto de Pesquisa da Amazônia, ou o Parque do Mindu, um dos últimos torrões verdes remanescentes da cidade de Manaus. O entendimento dominante na VEMAQA é de que o contato direto do apenado com o milagre da vida, corporificado na fauna e flora da região amazônica, por certo exerce uma força muito mais significativa do que a estreita visão de mundo proporcionada pelas barras da cela de uma cadeia, concedendo-lhe a oportunidade única de verificar quão frágil é a teia que liga todas as espécies deste planeta. A experiência de imediato mostrou-se exitosa, inaugurando, ainda que precocemente, a política criminal consensual ambiental sustentada pela Lei de Crimes Ambientais.

Há muitas possibilidades apresentadas pelas penas alternativas combinadas, logicamente, ao preceito insculpido no inc. VI do § 1º do art. 225 da Constituição da República, que atribui ao Poder Judiciário a incumbência de promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Uma das penas impingidas a um empresário da construção civil, que edificou sem licenciamento ambiental, foi a impressão de 4.000 volumes da Lei n. 9.605, posteriormente distribuídos às escolas públicas, faculdades, centros comunitários etc. Sem interferir na cizânia provocada entre os adeptos da ficção e da realidade pela aceitação da responsabilização penal da pessoa jurídica, uma grande empresa de construção civil na cidade de Manaus, penalizada por similar delito, reformou todo o complexo CIGS, que abriga animais da

fauna amazônica, sendo, inclusive, o único local no estado em que podem receber atendimento veterinário especializado.

Outros exemplos bem-sucedidos de consensualização reverberam nesse longo período e incluem milhares de cartilhas voltadas para a educação ambiental, produto da equipe da vara ambiental, em franca missão de popularizar a legislação ambiental brasileira, em uma linguagem facilmente assimilável por jovens e adultos. Esse ambicioso projeto deverá atingir a marca de 100.000 cartilhas distribuídas gratuitamente para a população ribeirinha e das cidades. José Renato Nalini<sup>11</sup> considera tal projeto de suma importância: *Cartilhas de Cidadania, contendo o elenco dos direitos que consubstanciam o direito a ter direitos. Em linguagem acessível, de compreensão por qualquer do povo, com forma atraente e suscetível de operacionalização mediante recurso à prestigiada classe dos publicitários brasileiros.*

#### 7 REFLEXOS DA CONCILIAÇÃO DAS LIDES AMBIENTAIS EM MANAUS

Uma sentença homologada nos autos de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas contra a Petrobrás, por ocasião do derramamento de óleo no Igarapé do Cururu, nas proximidades da Vila Felicidade, em Manaus, encontrou termo na harmonização das idéias. A aludida comunidade já logra resultados da medida judicial ambiental com a construção de infraestrutura para os seus moradores, que abrange complexo social, posto de saúde, escola de formação para o ecoturismo. Outra contenda que enveredou pela conciliação na vara do meio ambiente resultou na edificação das “ocas do conhecimento ambiental”, que representam espaços situados em áreas periféricas da cidade de Manaus, voltados para a democratização do conhecimento ambiental. Esses complexos, construídos em regiões carentes da presença do poder público, contêm biblioteca ambiental, videoteca e sala de aula com instrumentos tecnológicos capazes de facilitar e estimular seus freqüentadores a avançarem no domínio de informações relativas ao meio ambiente.

Deve-se mencionar, também, as oficinas para infratores ambientais (no ano de 2005, em sua 5ª edição), promovidas

pela vara do meio ambiente com a participação do Ministério Público Federal e Ibama, em que os infratores recebem aulas de educação ambiental com a participação de professores dos órgãos do Sisnama e da Universidade Federal do Amazonas. Mais de duzentas pessoas provaram e aprovaram o método no corrente ano.

A experiência da conciliação na vara ambiental do Amazonas possui incontestavelmente pontos positivos, pois chamou a atenção de uma expressiva parcela da sociedade para as questões ambientais. Essa elevação da consciência ambiental atingiu não só a “clientela”, mas setores do governo, funcionários públicos, profissionais liberais e principalmente o empresariado amazonense que, instado a não violar a norma legal, passou a atinar para as vantagens da composição nas lides e a ênfase em uma imagem mercadológica associada a processos e produtos industriais ambientalmente corretos. A Vara do Meio Ambiente do Estado do Amazonas não é, nem pode ser, a panacéia para todos os problemas ambientais de uma região de proporções geograficamente continentais, no entanto, consolidou-se como importante ferramenta de difusão do conservacionismo, da pacificação ambiental, atuando como pólo aglutinador para a tomada de decisões que envolvem os órgãos de proteção ambiental do Estado, que, em suas funções sobrepostas, por vezes acabam se entrecrocando, distanciando-se da sociedade sequiosa de seu trabalho. Urge incorporar a conciliação como adendo precioso para que o Poder Judiciário transponha essa fase de avaliação de seus dogmas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 GUARNIERI, Carlo; PEDERZOLI, Patrizia. *Los jueces y la política*. Madrid: Taurus, 1999. p. 16.
- 2 PRADO, Lúcia Reis de Almeida. *O juiz e a emoção: aspectos da lógica da decisão judicial*. São Paulo: Millennium, 2003. p. 87.
- 3 BERMUDEZ, Sérgio. *Cidadania e Justiça/ 2º semestre: O Processo Civil no terceiro milênio*. Brasília: Associação dos Magistrados Brasileiros, 1999. p. 127.
- 4 PINHEIRO, José Rodrigues. *A qualidade total no Poder Judiciário*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- 5 NALINI, José Renato. *O Juiz e o acesso à Justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- 6 LIMA FILHO, Francisco das Chagas. *Acesso à Justiça e os mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos*. Porto Alegre: Antônio Fabris, 2003. p. 247.

- 7 JESUS, Damásio de. *Justiça restaurativa no Brasil*. Novembro/2005. Disponível em: <[http://www.damasio.com.br/novo/html/artigos\\_05.htm](http://www.damasio.com.br/novo/html/artigos_05.htm) - 90k>.
- 8 SILVA, Anderson Furlan Freire de. *O ativismo judicial em matéria ambiental: Direito Ambiental em evolução*. 3. ed. São Paulo: Jurua, 2004. p. 64.
- 9 SEGUN, Elida; CARRERA, Francisco. *Lei dos crimes ambientais*. Rio de Janeiro: Esplanada, 1999. p. 26.
- 10 LOZANO, Carlos Blanco. *La protección del medio ambiente en el Derecho Penal español y comparado*. Granada: Colmares, 1997. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/doutrina/id17.htm>>.
- 11 NALINI, op. cit.

#### ABSTRACT

*The author asserts that conciliation appears within the juridical scope as a great aid to the Judiciary Power, what is also valid in the environmental sphere. In this sense, he deals with the Amazon State's situation, focus of large conflicts and disagreements, which are difficult to harmonize.*

*He shows positive points of conciliatory posture according to several jurists' opinion, exemplifying with cases of the environmental court from the Amazon State, as well as of the environmental suits from Manaus.*

*He concludes that the conciliation experience in the environmental court from the Amazon State has been positive since it draws the attention of a significant part of society to environmental issues, raising awareness about them among society, government sectors, public employees, liberal professionals and mainly the Amazon State's entrepreneurs.*

#### KEYWORDS

*Administration of Justice; conciliation; Judiciary Power; Amazon State; environmental court; environment; Manaus.*

Adalberto Carim Antônio é juiz de Direito da Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias do Estado do Amazonas, em Manaus-AM.